



Câmara Municipal de Valongo

DESPACHO N.º 08/GAV/2022

Assunto: Subdelegação de competências no Senhor Diretor do Departamento Jurídico, Apoio a Municípes e Recursos Humanos - DJRAH

Pelo Despacho n.º 28/GAP/2022, de 19 de outubro, o senhor Presidente da Câmara delegou-me e subdelegou-me competências para superintender em algumas das áreas cometidas ao Departamento Jurídico, Apoio a Municípes e Recursos Humanos, com possibilidade de subdelegação;

O artigo 38.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a possibilidade de delegação ou subdelegação de competências no dirigente da unidade orgânica competente, pelo que, ao abrigo do aludido despacho e da referida norma legal, subdelego, com possibilidade de subdelegação, no senhor Diretor do Departamento Jurídico, Apoio a Municípes e Recursos Humanos, **José Amadeu Guedes de Paiva**, competências nas seguintes áreas:

Da Divisão Jurídica e Apoio a Municípes

Contraordenações

- Da Unidade de Fiscalização
Fiscalização Municipal
- Da Unidade de Apoio a Municípes e Empresas

Da Divisão de Recursos Humanos

Gestão de Pessoal, Remunerações e Abonos

Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

Formação Profissional e Avaliação de Desempenho

Metrologia

Para:

1. Dar cumprimento às deliberações da Câmara Municipal, respeitantes àquelas áreas de atividade;
2. Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal, respeitantes às referidas áreas, sempre que para sua execução seja necessária sua intervenção;
3. Praticar os atos necessários à administração corrente e conservação do património municipal afeto às mesmas áreas;

4. Gerir os recursos humanos afetos às suas áreas, no que respeita às seguintes matérias:
 - a. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
 - b. Justificar faltas;
 - c. Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o senhor Diretor não tenha sido notador;
 - d. Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas.
5. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos que tramitem pelas aludidas áreas;
6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam do meu despacho;
7. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória subdelegada;
8. Assinar correspondência e o expediente necessário à mera instrução dos processos que corram nas suas áreas, ao abrigo do n.º 3, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
9. Determinar a instrução dos processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor.

O senhor Diretor deverá prestar-me, regularmente, informação detalhada sobre o exercício das competências que nele ficam delegadas.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Publique-se o presente despacho no sítio do Município na internet e afixe-se nos lugares públicos do costume.

Valongo, 19 de outubro de 2022

A Vereadora,


(Ana Maria Martins Rodrigues)